



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)**

MARIA ELIZIANE SILVA DO NASCIMENTO DIAS

**EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO DE JOVENS NO CRAS DE REDENÇÃO-CE:
UM OLHAR SOBRE O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE
VÍNCULOS (SCFV)**

**ACARAPE-CE
2018**

MARIA ELIZIANE SILVA DO NASCIMENTO DIAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jon Anderson Machado Cavalcante.

ACARAPE

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, essa força maior me sustentou e que me sustenta até hoje.

Agradeço aos meus pais Francisco (in memoriam) e Socorro que mesmo na sua simplicidade sempre ensinaram aos seus nove filhos os valores e princípios de homens e mulheres de bem, a esta família gratidão.

Agradeço a família que constituiu, meu esposo, que me incentivou e me ajudou a superar os desafios, e ao meu filho David, que na inocência da sua primeira infância cresceu com a minha ausência.

A todos os meus amigos que sempre me trouxeram palavras de motivação e que nunca me deixaram desistir diante dos empecilhos da rotina e do cansaço, em especial, agradeço a Marta e Marília e Liliane Rangel que nunca me deixaram só.

Agradeço também a Miguel Missias, Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social de Redenção, que foi para mim um exemplo de superação e força diante da sua história.

Agradeço ao meu orientador Jon Anderson Machado Cavalcante, pelo acompanhamento de cada passo desse projeto, e por toda sua atenção e confiança em mim, que foi essencial.

Por fim, a todos que me apoiaram nesta caminhada universitária.

LISTA DE SIGLAS

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJUVE – Estatuto da Juventude

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	07
2 OBJETIVOS.....	12
2.1 objetivo geral.....	12
2.2 objetivo específico	12
3 JUSTIFICATIVA	12
4 INTERLOCUÇÕES TEÓRICAS.	17
4.1 A Política De Assistência, Aspectos E Transformações	17
4.2 Juventudes	21
5 METODOLOGIA.....	24
5.1 Método Da Pesquisa	24
5.2 Delineamento Da Pesquisa	24
5.3 Sujeitos Da Pesquisa E Local	27
5.4 Análises	28
REFERÊNCIAS.....	30

1 APRESENTAÇÃO

A partir do que é observado nas políticas públicas de Assistência Social voltadas para a juventude e levando em consideração o investimento em recursos humanos e financeiros na implementação de suas ações, surge a preocupação, neste estudo, sobre o que se dá quando um dado projeto se encerra, especialmente, quanto a participação desses sujeitos e as possíveis mudanças decorrentes a partir das suas experiências nessa política.

Sobre a pertinência das políticas de assistência, segundo estudos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), apontam um aumento da vulnerabilidade social no Brasil, a partir de 2014 o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) não apresentou uma redução de valores, mas, sim, um aumento de 2%, saindo de 0,243 em 2014 para 0,248 em 2015. “Este pequeno aumento de 0,005 pode significar um ponto de inflexão na curva da redução da vulnerabilidade social”, diz o estudo (2016, p.11).

O IVS reflete as condições menos favoráveis de inserção social, abrange 16 indicadores que são divididos em 3 grupos: capital humano, infraestrutura urbana, e renda e trabalho. É relevante destacar que essas vulnerabilidades se associam ao crescente índice de violência. O IPEA juntamente com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FPSP) também constatou em pesquisa para o Atlas da Violência, em 2016, que o Nordeste foi a região com a maior escalada de violência na série histórica, que vai de 2004 a 2014.

De acordo com o Atlas da Violência (2017) mostra no detalhamento por sexo e por faixa etária, a mortalidade da juventude masculina, entre 15 a 29 anos, que em 2015 correspondeu a 47,8% do total de óbitos. Ao se considerar apenas o sexo masculino entre 15 a 19 anos, esse indicador atinge uma crescente marca de 53,8%. Esse aumento desastroso dos homicídios ocorre e se mostra no país não só nas dimensões territoriais e/ou de faixa etária, mas também no que se refere às características socioeconômicas das vítimas, e isso reforça a necessidade de adoção de políticas públicas consistentes para a juventude.

Por experiência própria em programas inseridos nas políticas da assistência social, pude perceber que, o mais importante se dá em conhecer suas repercussões nas experiências dos/as seus/as jovens participantes, inclusive, após o término no programa, o que mais os tocou e ficou marcado em suas vivências. Sendo isso, uma forma de evidenciar não só o que os/as jovens passaram, mas o que vivenciaram, de que modo a experiência vivida nessas políticas, não foi apenas uma passagem, mas possibilitou o fortalecimento do desenvolvimento de si mesmo.

Assim, considera-se que as criações dos programas ou projetos sociais que fazem parte das políticas públicas da assistência buscam favorecer a transformação, seja humana, social e educacional de seus/as participantes. Nesse sentido, as construções e as experiências vivenciadas pela juventude constituem as questões do presente projeto de pesquisa, que tem a seguinte pergunta-problema: Como a participação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) repercutiu nas experiências de jovens egressos desta política situada no CRAS Sede de Redenção? Pergunta de partida. Quais as possíveis contribuições dessa política pública na vida desses/as jovens? Com o propósito de entender suas possíveis contribuições na vida desses/as jovens.

O referido SCFV é um Serviço da Proteção Social Básica do SUAS, que foi reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº01/2013, e tem por objetivo de agir em caráter preventivo e proativo, nas potencialidades e nas ações de combate e enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

Nesse aspecto, o grande eixo do problema desta pesquisa se dará em entender de que modo o SCFV ecoou na vida desses jovens integrantes a partir das suas experiências significativas concretizadas por meio de sua participação. Para o melhor entendimento disto, trago o autor Jorge Larrosa (2002) que considera que “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. (LARROSA, 2002, p. 21). Com isso, as relações, os afetos e as vivências destes jovens são de grande importância nesta investigação, pois tais elementos podem trazer de forma mais detalhada como cada um/uma experienciou as atividades desse serviço.

Através da vivência pessoal no projeto Agente Jovem em 2004 é que pude perceber o quanto a minha trajetória de vida foi estimulada por esse projeto e principalmente a forma como a minha adolescência foi cercada por uma rede de apoio social. Diante disso, percebo que as repercussões da participação nesse projeto têm valor também individual, diante do percurso que cada um/uma passa.

Vou abordar agora a concepção de juventude que trago neste projeto de pesquisa. A juventude, muitas vezes, é percebida envolta de uma série de transformações específicas – físicas, emocionais, cognitivas, sociais e econômicas – para as quais se acredita ser comumente crucial não só a adoção de intervenções próprias, quando se fala em políticas públicas, mas também as importâncias de como tudo isso se dão para os próprios jovens. Diante de minha participação na política acima, pude reconhecer o quanto ela possibilitou a minha própria valorização enquanto ser e agente mobilizador na sociedade.

Pensar, portanto, sobre juventude é observar também as diversas dificuldades no que diz respeito ao seu reconhecimento próprio e a sua situação de ser social. Por isso é oportuno destacar as realidades vividas pelas juventudes, que conforme, por exemplo, sua classe social, logo cedo precisa escolher entre a escolarização e o trabalho. Muitas vezes a própria família não consegue oferecer o cuidado especial necessário para a consolidação de sua formação pessoal.

Sem dúvida, diferentes aspectos (econômicos, gênero, raça e etnia, etc.) são parte da constituição da identidade dos/as jovens e revelam-se na expressão de sua subjetividade. É importante destacar e evidenciar que o social adquire sua dimensão histórica precisamente na configuração de subjetividade (GADELHA, AMORIM, 2015).

No estudo intitulado “A emergência da concepção moderna de infância e adolescência”, SANTOS (1996) afirma que;

[...] os conteúdos e significados sociais - papéis, funções e atributos – da infância e adolescência são singulares e dotados de características próprias em cada época, sociedade e cultura. [...] concorrem para o estabelecimento de variações intraculturais os cortes de gênero, etnia, contexto urbano/rural e mesmo o porte das cidades. Cada sociedade e cultura constroem uma escala de valores que conferem importâncias distintas a cada fase da vida e define as idades privilegiadas ou paradigmáticas (SANTOS,1996, p.151).

Dessa maneira, o desenvolvimento e os percursos de cada pessoa passam por momentos com certas semelhanças, mas não são iguais, considerando que as características e as vivências se dão de modo diferentes. Assim como nas realidades de cada sujeito, seja homem/mulher, negro/branco, rico/pobre, o processo de construção destes jovens é consideravelmente ligado aos valores e às dinâmicas produzidas pela sociedade.

Nesse ponto, os jovens de 15 a 29 anos representam grande parte da população brasileira e os mesmos são as maiores vítimas de homicídios, segundo o Índice de Vulnerabilidade juvenil à Violência lançado em 2017 mostra que a grande parte são negros, pobres e das periferias urbanas. Dados do Atlas da Violência 2017 mostram que, mais da metade das 59.080 pessoas mortas por homicídios em 2015 eram jovens (31.264, equivalentes a 54,1%), das quais 71% negras (pretas e pardas) e 92% do sexo masculino.

Dessa forma, as propostas das políticas públicas na realidade social, principalmente, na juventude, onde as relações estão com tais vulnerabilidades, se constituem em um grande e necessário desafio, porém, proveitoso diante das expectativas de alcance e dos resultados positivos a serem construídos. O que se espera desta pesquisa, perante esses

aspectos, é entender as experiências vividas por esses sujeitos, tendo em vista esse cenário dos programas e projetos voltados para as juventudes.

Contudo, as formas ativas de contribuições nas vidas desses jovens perpassam por uma forma de trabalho coletiva, que indica a necessidade de ações conjuntas, compartilhadas, integradas, baseadas na cooperação das redes socioassistenciais, na intersetorialidade. Segundo Motti e Santos (2009)

É, portanto, antes de tudo, uma articulação política, uma aliança estratégica entre atores sociais (pessoas) e forças (instituições), não hierárquica, que tem na horizontalidade das decisões e no exercício do poder, os princípios norteadores mais importantes (MOTTI; SANTOS, 2009, p.96)

A partir desses pontos importantes é que se faz pensar em, como esses projetos e programas sociais contribuem para a superação das dificuldades sociais e educacionais partindo do pressuposto que quando se está inserido nas políticas públicas, uma série de possibilidades podem surgir para os participantes viabilizando novas oportunidades de formação.

Os resultados da efetivação de políticas públicas podem ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para uma gestão pública mais eficaz, e em primeiro lugar a essência da passagem do usuário pelos serviços.

É importante expor que a pesquisa não se atenta a uma avaliação qualitativa de programas, mas de como os participantes se apropriaram dos conteúdos (sejam práticas sociais, culturais ou humanas) das relações e dos afetos, empregados como forma de crescimento, nas transformações sociais, educacionais e profissionais levando em consideração as experiências vividas.

As caracterizações dessas vivências irão contribuir no que diz respeito à apresentação das melhores metodologias, relativas as narrativas, aos diálogos para o fortalecimento de vínculos com e entre os sujeitos, além disso, vale destacar que as experiências de vida são atravessadas pelas experiências nos programas sociais.

Com isso é preciso destacar que a pesquisa com jovens egressos das políticas públicas para juventude tem se mostrado um recurso metodológico extremamente rico, mesmo que complexo e carregado de dificuldades específicas, como a localização e o tempo dos mesmos (DUARTE, 2009). Os estudos com egressos é, por definição, uma estratégia que

tem como meta conhecer como os participantes ou, se quisermos beneficiários (SILVEIRA, 2009) continuaram os seus trajetos.

O lugar que me despertou para este problema de pesquisa é o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Sede, localizado na Avenida da Abolição, nº 19, Redenção-CE. Foi implantado em abril de 2004 a Casa da família e só em 2005 o CRAS.

É importante que sejam fortalecidas as interações sociais, que sejam estimuladas as redes de relações que envolvem amizades e afetos, meios pelos quais os jovens possam se perceber e se realizar enquanto sujeitos sociais. Através de tais experiências é que as convivências sociais poderão ser fortalecidas, além de compor uma serie de redes que acompanharam o jovem no decorrer da sua vida.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Compreender os modos como à participação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos repercutiu nas experiências de jovens egressos desta política situada no CRAS Sede de Redenção.

2.2 Objetivos Específicos

- Descrever a participação desses jovens no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS Sede de Redenção;
- Identificar os episódios relevantes para esses jovens durante essa participação;
- Conhecer as relações que foram significativas para estes jovens nessa participação;
- Verificar as aprendizagens percebidas por esses jovens em suas experiências nessa política.

3 JUSTIFICATIVA

Ter acesso a políticas públicas é uma das muitas formas do exercício de cidadania. Nelas estão assegurados direitos básicos constitucionais, mas, que muitos, por vezes desconhecem tais. A partir disso, é necessário considerar que o acesso às políticas públicas se dá primeira e principalmente pelo conhecimento da informação, de saber onde e como acessá-las, fazendo disso uma condição do exercício de cidadania.

O interesse pessoal por esse estudo surgiu mediante a minha vivência no meio de programas e projetos resultantes das Políticas Públicas. Tanto por ter participado de serviços, como por trabalhar em um equipamento da Secretária do Trabalho e Assistência Social, tendo contato na execução dos programas e na relação com os usuários dos serviços.

Nos últimos dez anos, atuei no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS de Redenção, e pude observar o quanto a política para a juventude perpassa as vivências dos jovens que estiveram ali. Os valores que carrego comigo – inclusão, cidadania, tolerância, coletividade e sustentabilidade, nascem da minha caminhada e dos ligamentos da rede da assistência e das pessoas que passaram e contribuíram. Além da minha própria participação em um projeto chamado Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, em 2004, no município de Redenção. Nesta época o Ministério do Desenvolvimento Social ofertava diversos programas e projetos voltados para a juventude como, Saberes da Terra, Projovem, Juventude Cidadã entre outros.

Por experiência própria, a participação nessa política pública Agente Jovem, propiciou-me um melhor entendimento de “ser social”, através deste projeto ~~que participei~~ pude observar diversas possibilidades a mim apresentadas. As possibilidades de uma formação básica sobre cidadania e protagonismo juvenil embasaram este percurso me propiciando um novo olhar sobre mim mesma além de entender meus espaços de convívio como área de transformação.

No decorrer do projeto pude observar o quanto meus colegas de coletivo foram envolvidos pelas propostas da política pública da Assistência, pelos seus comportamentos e visões de mundo, tendo em vista que as maiorias dos participantes chegam desacreditadas e desvalorizadas pela sociedade.

Por isso, ao delimitar o tema desse projeto de pesquisa, levei em consideração a grande relevância que uma efetivação das políticas públicas pode trazer em resultados importantes para o desenvolvimento de uma sociedade. Ou seja, esse trabalho pode contribuir

para entender o efeito dos programas sociais no desenvolvimento juvenil e crescimento pessoal e profissional dos que participaram e demonstrar como Políticas Públicas podem favorecer o desenvolvimento da juventude.

Do ponto de vista prático e social, espera-se que este futuro estudo contribua no sentido da valorização das melhores metodologias empregadas nas atividades do SCFV e projetos sociais voltados para as juventudes, contribuindo para a produção de conhecimento sobre as experiências através dos jovens, desta forma, atualmente valorizar o diálogo entre os usuários e o orientador social norteia as relações e todo o processo dentro dos coletivos.

É importante ressaltar que tal passagem pelos coletivos do SCFV pode ter grande ação de agregação de valores de vida além do reconhecimento próprio, reformulando e ou ressignificando outras visões de tudo que o indivíduo já tem de conteúdo social e humano. A população jovem tem necessidades singulares e é considerada objeto de grande importância na transformação da realidade social local.

Diante desse contexto, a dimensão social e formadora de tais políticas públicas, torna-se elemento fundamental, uma vez que todo projeto deve ter por finalidade o fortalecimento dos sujeitos em uma direção emancipatória, além do incentivo ao protagonismo, na expectativa de fomentar o pensamento crítico.

Sendo assim, de forma social e humana esta futura pesquisa traz o reflexo dos fortalecimentos de vínculos inculcados nos serviços ofertados pela política de assistência social, colocando em cenário as experiências vividas e transformadas dos egressos.

É importante ressaltar a relevância da passagem agregadora na vida dos participantes dos serviços, que de forma individual relaciona pontos vitais na construção humana e social. Contudo, além de ter uma percepção maior sobre a juventude e todas as experiências vividas nesse campo das políticas públicas, vale considerar que essa pesquisa também possa abrir espaço e interesse em surgir mais estudos nesta área.

A decorrência da efetivação de políticas públicas pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, percebendo através destes a necessidade dos jovens, além de fornecer aos gestores de programas dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e metodologias mais eficientes para uma gestão pública mais eficaz, além de valorizar a vivência do jovem e a inclusão que foi buscada.

Nesse âmbito, o fortalecimento de instâncias locais de participação além de uma rede intersetorial unificada, permite à juventude encontrar canais de inserção mais ligados à

sua vida cotidiana, despertando nos mesmos a importância de conhecerem seus direitos e deveres para que exerçam um papel protagonista na sociedade, adquirindo responsabilidades com ela.

O intuito dos projetos sociais concretiza-se no momento em que a qualidade de vida de quem dele necessita melhora possibilitando o crescimento social e uma condição digna de vida e transformando uma realidade apresentada. A intenção é melhorar a qualidade de vida fazendo ligações de ações que possibilitem uma mudança nas organizações de vida onde o indivíduo atua como ser social.

Com esse fator, jovens egressos de programas e projetos sociais são indivíduos especialmente importantes para a compreensão de como estes contribuem com a sociedade. Eles são fonte de informações que permitem entender o alcance, efeitos e consequências de uma ação efetiva de tais programas e projetos, expondo suas experiências sobre as vivências durante sua permanência nos espaços de construção, ou de relações que tiveram coparticipação na caminhada.

A participação nos programas é um elemento diferenciado na vida de jovens e nos processos de formação, e por ter um papel estratégico em cenários de transformação pode fazer ou não a diferença na vida de quem participa, sendo ou não um fator positivo.

Assim, este estudo tem enquanto relevância acadêmica, o intuito de colaborar para a melhoria da efetivação das políticas públicas empregadas no Município de Redenção através dos projetos e programas sociais implementados na Assistência, uma vez que, a Universidade recebe em entradas de novos estudantes e pensadores.

Além de que se faz necessário a participação da academia com a ~~população da~~ comunidade, colocando os princípios da transformação onde ela está inserida, trazendo também contribuições na área de Humanidades, na construção de saberes.

Também foi possível observar através de pesquisa no site CAPES que existe cerca de 89 pesquisas relativas a esse assunto (políticas públicas, experiências vividas, juventude), sendo assim, através deste trabalho busco contribuir com mais uma pesquisa no meio acadêmico, buscando entender as experiências de forma individual pelos jovens.

Pesquisas com o tema de avaliação de projetos é objetivo de muitas pesquisas no meio acadêmico, entretanto muitas delas em geral buscam respostas pela pesquisa quantitativa, por isso quero destacar as contribuições das políticas públicas acerca das experiências vividas pelos jovens que participaram dela através das suas narrativas.

Desta forma, esta pesquisa tem o intuito de colaborar e acrescentar na construção de saberes, através do conhecimento de vida, de experiências positivas ou não, na vida de jovens egressos das políticas públicas na assistência social em Redenção. É relevante saber e conhecer o que se passou depois de tantas experiências diferentes do cotidiano comum entre os jovens, fazendo também interligações entre fatores sociais.

Com isso, coloco a importância de enfatizar não somente conteúdos e instrumentos práticos, mas também formas de lidar com as linhas do desenvolvimento pessoal, das visões de si mesmo, do protagonismo, das relações humanas, além do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Portanto, diante do que foi relatado a cima, este estudo facilitará a percepção das experiências vividas pelos jovens que participaram do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos no Município de Redenção, buscando compreender como essa vivencia repercutiu após a passagem por esse Serviço, trazendo à tona reflexões sobre fatos e pessoas marcantes para a sua permanência.

4 INTERLOCUÇÕES TEÓRICAS

4.1 A Política de Assistência, aspectos e transformações

Para entender a Política de Assistência Social no Brasil, é necessário perceber seus aspectos históricos em nosso cenário brasileiro e, também, entender que essa implementação decorre de uma dinâmica político e social tanto nacional quanto local e regional. Onde refletem-se elementos de seu passado filantrópico até o reconhecimento desta enquanto direito de todos/as.

Como esclarece Oliveira (2005) por anos a Assistência Social foi reconhecida como assistencialismo, da cultura do favor, de ações caridosas, da ação de voluntários. Nessa dinâmica, a autora também acrescenta que a assistência esteve historicamente vinculada à religião e como consequência a naturalização da pobreza.

Na história da humanidade, a assistência aparece inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida, sobretudo, por grupos religiosos ou filantrópicos. Ela é antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal e natural ou fatalidade da vida humana. Isto contribuiu para que, historicamente e durante muito tempo, o direito à Assistência Social fosse

substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobre. (OLIVEIRA, 2005, p. 25)

Como relatado acima, a assistência social surge ligado a práticas de favor, posto isso, somente na década de 80 com a Carta Magna que se apresentou mudanças de paradigmas, tendo em vista que a mudança só foi possível após travar muitas lutas sociais contra as forças políticas, econômicas e sociais vivenciadas na época.

Diante deste contexto, dentre outros avanços, só assim a Assistência Social passa a ser reconhecida como política pública de responsabilidade estatal. Logo após outras normas específicas foram sendo prescritas como a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993), a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) e o SUAS (2005).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi o mais recente criado, nasceu como símbolo de conquista e para a organização da rede das políticas públicas da assistência social. Nas considerações de LOPES (2006), a autora menciona que:

O Sistema Único de Assistência Social, em construção no país, é a materialização de uma agenda democrática cuja biografia tem raízes históricas nas lutas e contradições que compõem esse direito social, que foram e são objeto da atenção de intelectuais, da atuação de militantes e da ação de trabalhadores sociais em todo o país. Esse processo histórico de alguma duração, perto de quatro décadas, continua a requisitar muita atenção, já que aparece como referência para a montagem da nova condição da política de assistência social em curso. Esta justa “retrovisão” assessora o enfrentamento dos desafios colossais que envolve o projeto e o processo desse inédito sistema e garante a manutenção do seu compromisso central, que é solapar o flagrante desmonte do sistema de direitos sociais arduamente conquistados, que andava em curso no Brasil até 2003. (LOPES, 2006, p.77).

Diante do exposto, é possível perceber e verificar que a construção e efetivação do SUAS presume a ruptura da velha história do assistencialismo, da benesse, de ações do primeiro-damismo e de outras ações, onde tudo isso se constituiu como um grande avanço na política de assistência social brasileira. Processo esse que ora está ameaçado diante do contexto de sucateamento da política da assistência social.

Com pesar que atualmente observa-se que a sociedade beneficiada com essas políticas seja ferida pelos recentes cortes de recursos, o que afirmará um desmantelamento das incipientes bases estruturantes do SUAS, de acordo com o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

“O impacto na política de assistência social deverá atingir 2 milhões de pessoas na quase totalidade dos municípios brasileiros, que deixarão de contar com os programas, seja na proteção básica, no conjunto de serviços e projetos de prevenção de situações de risco social, ou na proteção social especial, que atua na proteção de famílias no enfrentamento de situações de violação de direitos” (SITE CAMARA DOS DEPUTADOS, 25/10/2017, ON-LINE).

Assim, mesmo sendo um sistema recente, já é possível perceber a precarização dessas políticas públicas. Sobre isso, a Confederação Nacional dos Municípios (2017) ressalta que recentemente foi sentido o grande golpe na redução dos recursos de financiamento do SUAS nos 5.570 municípios brasileiros. De acordo com o site SIGA BRASIL, no orçamento de 2016/2017, o governo reduziu cerca de 458 milhões para continuidade e manutenção dos serviços.

A cultura da exclusão e da privação de direitos chegou ao âmbito da gestão e do planejamento orçamentário. Desse modo, gestores e técnicos municipais do Suas têm suas funções e compromisso social gravemente comprometidos, pois é sabido que sem orçamento não há condições de execução de serviços, programas ou projetos sociais. E, em contrapartida, o governo cria novas atribuições, novos programas com orçamento superior, como o Criança Feliz. Negando e subestimando um sistema de proteção social presente já em todo o país (CNM, 2017, p.09).

Esses desmontes agregados ao descaso com a área da assistência social nos últimos tempos, deixam cada vez mais a mostra a despreocupação com a população que dela necessita, e o risco da perda dessas políticas públicas pode deixar fragilizar a rede de apoio familiar, de crianças, de adolescentes, de jovens e de idosos, deixando esses grupos à margem e fora da seguridade social. Apesar do que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência, familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Além dessa abordagem presente no ECA, o Estatuto da Juventude reconhece e destaca o papel estratégico desta população, nele são apontados os direitos que devem ser garantidos conforme as especificidades dos jovens.

São eles: direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; direito à educação; direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; direito à diversidade e à igualdade; direito à saúde; direito à cultura; direito à comunicação e à liberdade de expressão; direito ao desporto e ao lazer; direito ao território e à mobilidade; direito à sustentabilidade e ao meio ambiente; direito à segurança pública e o acesso à justiça (EJUVE, 2013, p. 3-4).

Com isso, as políticas públicas de juventude têm como princípios a emancipação dos jovens referindo-se a uma trajetória de inclusão, liberdade e participação dos mesmos na vida em sociedade (EJUVE, 2013). No artigo 2º, VI - é colocado o respeito a identidade de cada um, como inclusão, a diversidade individual e coletiva da juventude.

Desta forma, propor, efetivar, manter e garantir as políticas voltadas para superar as necessidades e desigualdades das diversas formas de juventude, assegura a efetivação dos direitos de todos/as, e neste contexto pode então experienciar as políticas da assistência. Nesse

modo, a participação nos programas sociais traz aos participantes a construção de vínculos gradativos ocasionando em conquistas de valores, passando pela experiência de cada um.

Desde a sua criação, o SUAS preteava a organização de suas ações, vinculadas através das execuções do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil – PETI e PROJovem, que surgiu como um programa com o propósito de unificar a juventude, a base desta política se deu em um processo de reintegração e da promoção profissional aos mesmos. Em 2012/13 os programas foram reordenados para SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), modificando assim a lógica de oferta e financiamento.

Falando de uma realidade local, tais políticas eram executadas no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS SEDE de Redenção. O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por meta prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, geralmente são implantados em áreas com dificuldades sociais com a intenção de possibilitar acesso as políticas públicas por meio do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania e igualdade social (MDS, 2009). Segundo a cartilha do Ministério e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS (2013):

O reordenamento do SCFV modifica a lógica de oferta e de cofinanciamento repassado pelo governo federal para o trabalho com crianças, adolescentes e pessoas idosas, antes repassados por meios de três pisos. O reordenamento proporcionará a unificação dos recursos dos pisos que cofinanciam o Projovem Adolescente, PETI e criança/idoso em um único piso, denominado Piso Básico Variável. Entretanto, o SCFV ofertado para as faixas etárias até 6 anos, 6 a 15 anos, 15 a 17 anos e pessoas idosas continua a ser ofertado e os municípios e DF poderão ainda planejar e executar o serviço, de acordo com a realidade local e demanda de usuários, sendo possível a flexibilização na formação dos grupos.

Diante de tantas novas transformações o público prioritário dessas demandas ainda se identifica com os nomes antigos, trazendo à tona os vínculos que os próprios tem com o local, com as pessoas e prontamente com o nome dos serviços. Essa aproximação dos usuários se dá pelas propostas executadas nos coletivos, que abrangem o fortalecimento dos vínculos, as partilhas de vivências, e a socialização.

Geralmente o ciclo completa um ano, e neste período são trabalhadas de forma integrada com os participantes as escolhas dos temas como convivência social, cidadania, questões ambientais, promoção da igualdade e respeito. Com essa parceria nas escolhas dos temas o coletivo pode entender se conseguiu ou não alcançar os objetivos.

É preciso colocar que, nem todos vivem o serviço ou assimilam as metodologias da mesma forma, com isso alguns podem não alcançar o período de doze meses e até outros

passam até dois anos. As vivências assim se fortalecem e caracterizam as experiências posteriores.

É preciso ressaltar também que não estamos falando de vínculos afetivos ou emocionais, mais de uma relação profissional de confiança, de respeito ao outro, sem julgamentos, pré-conceitos, pré-juízos, possibilitando que o outro coloque suas necessidades, anseios, ansiedades, sentimentos, sem reserva, encontrando a receptividade necessária para saber-se respeitando e os espaços condizentes para reflexão e ação. Não se refere apenas a conhecer o indivíduo, a família, o grupo e suas necessidades, mas é pleno de possibilidades de autonomização do usuário e de sua participação na organização do serviço (MUNIZ, 2011, P.104).

Com isso a construção do fortalecimento de vínculos reafirma as bases da Assistência caracterizando a contribuição de superação das vulnerabilidades na convivência social. As convivências estreitam os relacionamentos trazendo um envolvimento de todos os espaços sociais, comunitários e familiares.

4.2 Juventudes

Na perspectiva da juventude, nos tempos atuais, os/as jovens tem se destacado como uma população muitas vezes marcada por vulnerabilidades em várias dimensões. Por isso, as demandas das políticas públicas para a juventude precisam deter planejamento, investimentos e incentivos, pois a situação desse grupo social que dela usufrui demanda olhares específicos.

Segundo o Censo de 2010 há no Brasil 51,3 milhões de jovens, o que equivale a cerca de ¼ da população do país, compreendendo o grupo etário de 15 a 29 anos, referendado pela Constituição Brasileira, artigo 227, e agora, pelo Estatuto da Juventude sancionado em 05 de agosto de 2013, pela lei Nº 12.852

Esse próprio Estatuto (EJUVE 2013), estabelece os direitos dos/as jovens sobre as bases das políticas públicas de juventude. E ainda aponta para a necessidade do reconhecimento de suas identidades e respeito a diversidade de cada juventude, assegurando seus direitos em suas diferentes expressões conforme exposto no CAPITULO I, SESSÃO I:

- II – valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
 - IV – reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
 - V – promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
 - VI – respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- (EJUVE, 2013, P.27)

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2008, os jovens entre 15 e 24 anos representam 18,1% de brasileiros e 18,3% do total da

população cearense, atualmente a população jovem cearense de 15 a 29 anos é estimada em 2.415.526, (IBGE, 2018, ON- LINE).

Por isso, concretizar a atenção a este grande múltiplo grupo etário ressaltando e considerando que a definição de juventude vai além de um recorte geracional, incluindo marcadores como classe, raça, gênero, território, etc., se faz necessário para a valorização das histórias e narrativas dos mesmos diante também de suas inúmeras adversidades vividas, além da criação do fortalecimento e da valorização dos vínculos sociais.

Ainda com base no Censo de 2010, a população cearense é estimada com cerca de 8.452.381 milhões de habitantes, em Redenção-CE, especificamente, esse contingente populacional alcança os números de 26.415 habitantes, sendo que 27,3% são jovens, 7.211 no total mostrando um recorte quantitativo local.

O grande índice populacional juvenil caracteriza estatísticas de violência, gravidez não planejada, falta de acesso à escola, desemprego, lazer, esporte e cultura, e isso configura as necessidades do presente com os desejos estratégicos do futuro, acarretando ainda mais essas necessidades e desigualdades relacionando com o enfrentamento do preconceito e a violência de gênero. No Índice de vulnerabilidade juvenil à violência lançado em 2017 (IVJ), teve como ano base de 2015, a constatação que:

(...) as negras com idade entre 15 a 29 anos apresentam mais risco de exposição à violência que as jovens brancas na mesma faixa etária. O risco relativo de uma jovem negra ser vítima de homicídio é 2,19 vezes maior do que uma jovem branca. Entre as jovens e os jovens brasileiros de 15 a 29 anos, a chance de um jovem negro ser assassinado é quase três vezes (2,70) superior a um jovem branco na mesma faixa de idade (IVJ, 2017, p.15).

Além desta ser uma grave violação aos direitos humanos, a violência chega como um impedimento que essa população tenha as suas vidas respeitadas, e revela um inesgotável distanciamento e diferenciação quando se pensa em igualdade neste país.

Os jovens buscam ainda respostas continuadas às necessidades de atenção integral, daí que propostas de políticas de juventudes devem ultrapassar enfoques setoriais, pontuais, fragmentados, convencionais e avançar para imprimir uma perspectiva geracional-juvenil, enfatizando que a juventude é um tempo de estudar, de se formar cultural e fisicamente, de desenvolver valores éticos e espírito crítico, bem como de ter garantido os meios de subsistência. (UNESCO, 2004, p.16)

A construção de políticas públicas, antes de tudo orienta os/as jovens na construção de valores, na formação da visão crítica e no direcionamento educacional, mostrando as diversas trilhas e caminhos possíveis. Assim podem ser criadas estratégias de

compreensão e diminuição das desigualdades sociais vividas por essa população e considerando sua heterogeneidade.

A violência atinge especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do Atlas da Violência 2017 (IPEA, FBSP) mostram que mais da metade das 59.080 pessoas mortas por homicídios em 2015 eram jovens (31.264, equivalentes a 54,1%), das quais 71% negras (pretas e pardas) e 92% do sexo masculino. Além de grave violação aos direitos humanos, a violência impede que parte significativa dos jovens brasileiros tenha uma vida plena e revela uma inesgotável fonte de perda de talentos para o desenvolvimento do país (IVJ, 2017, p. 15).

Os desafios das juventudes se intensificam diante dos recortes e das profundas desigualdades sociais existentes, pelas quais a população jovem, pobre, negra e de periferia é uma das mais afetadas. As grandes porcentagens deixam evidente que além da violência, o desrespeito e a intolerâncias aprisionam os direitos básicos, incluindo o de viver.

A situação de vulnerabilidade aliada às turbulentas condições socioeconômicas de muitos países latino-americanos ocasiona uma grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade. Ressalta-se que a violência, embora, em muitos casos, associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades de cada grupo social desencadeando comportamentos violentos (ABRAMOVAY, 2002, p.14).

Com isso a lutar pelo reconhecimento dos direitos básicos no âmbito das políticas públicas, de educação, emprego, cultura e saúde, enfrentam diariamente as batalhas das desigualdades e dos problemas de criminalização de suas práticas, assim como também altos índices de violência e vulnerabilidade.

Diante desses aspectos até aqui apresentados, é necessário destacar que a noção de juventude é uma construção social relacionada com as formas de ver o/a outro/a, inclusive por estereótipos, conforme momentos históricos, referências diversificadas e situações de classe, de gênero, de raça, entre outras. Existem, conseqüentemente, muitos e diferentes grupos juvenis, com características particulares e específicas.

..., pensar o conceito de juventude é pensar sobre a diversidade de vivências a partir dos condicionantes de classe social, gênero, raça, moradia, entre outras condições. Sob o mesmo enfoque, refletir sobre as políticas públicas voltadas para esses jovens denota entender tais políticas para além da prestação de serviços e da realização de ações em benefício dos jovens (CAMPOS, PAIVA, 2018, p. 22).

Por isso podemos destacar a multiplicidade de juventudes e certos sedimentos acerca dessa população: “Ainda que não haja apenas uma juventude, mas várias, a ideia da juventude

relaciona-se às transformações, ela representa o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 17).

Com essas questões, Cassab (2011), relaciona juventude a uma mutabilidade, trazendo o fato de que ela engloba uma série de “diferentes”, tratando de suas representações e de como ela pode ser pensada.

Dessa forma, a categoria juventude distancia-se de uma simples definição etária para se aproximar daquela fundamentada na compreensão de que ela é uma representação simbólica e uma situação vivida em comum pelos indivíduos jovens. Sendo categoria social, a juventude é constantemente construída e reconstruída no próprio movimento da sociedade, diferenciando-se espacial e temporalmente. E, como visto, é caudatária dos diferentes momentos históricos nos quais foi se construindo o sentido de ser jovem (CASSAB, 2011, p.159).

Ao se falar em juventude é preciso entender que nem todas as pessoas de uma mesma idade vivem esse processo da mesma forma, nem atingem e partilham seus objetivos ao mesmo tempo e modo. A juventude tem significados e valores distintos para pessoas de diferentes lugares socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo modos de vidas e contextos.

No estudo, “Os jovens no contexto das Políticas públicas”, Westphal (2010), traz juventudes a partir dos apontamentos de Spósito (2003):” tem sido recorrente a importância de se tornar a ideia de juventude em seu plural – juventudes – em virtude da diversidade de situações existenciais que afetam os sujeitos” (Spósito apud Westphal, 2010, p.60)

Dialogando com Abramovay e Esteves (2007) observa-se que as diferentes formas de juventudes não são apenas uma fase ou até mesmo um estado. Mas, características empregadas as diversas especificidades e realidades experienciadas por estes.

Relativo a isso destaco que as vivencias podem assim ser enxergadas de forma única, em suas singularidades, pois cada jovem pode perceber a experiência de acordo com a realidade em que vive, ou nas relações humanas que puderam estabelecer no ambiente social.

Sendo assim, esta pesquisa poderá, portanto, expor as formas e os reflexos da política da assistência social, onde será possível a compreensão sobre a participação no SCFV, sobretudo, das experiências de jovens egressos, e dos vínculos e aprendizados construídos através das suas vivencias nas políticas públicas da Assistência Social.

5 METODOLOGIA

5.1 Método de Pesquisa

O presente projeto de pesquisa buscará compreender os modos com que a participação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos repercutiu nas experiências de jovens egressos desta política situada no CRAS Sede de Redenção. Com isso partirei do princípio de que, se faz necessário o enfoque sobre o que houve de mais marcante nas experiências vividas por elas/eles. Sendo assim, buscarei responder aos meus objetivos com a pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações (...) (MINAYO, 2002, p.21,22).

Sendo assim, este método facilitará entender os aspectos das significações sobre o fenômeno, trazendo resultados mais profundos em relação aos afetos e as vivências sobre o tema a ser pesquisado, tal proposta possibilitará a investigação do entendimento das vivências e experiências, emoções e sentimentos (MINAYO, 1994), assimiladas por estes/as jovens, nas individualidades ou até nas formas coletivas, e contextos de cada uma/um.

A pesquisa qualitativa tende a abordar aspectos das realidades que não podem ou são de difícil quantificação (MINAYO, 2001), por isso ao lidar com sentimentos, vínculos e afetos que fazem parte das experiências desses jovens coloco em evidencia através deste método de pesquisa a valorização das relações humanas e seus significados, também sendo uma das metodologias mais usadas nas Ciências Sociais e Humanas: “A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, medias e estatísticas” (MINAYO, 2002, p.22).

Desta forma, essa abordagem busca a essência e o entendimento das relações humanas. O olhar sobre os modos como vemos e/ou entendemos o mundo ao nosso redor contribui para o entendimento dos posicionamentos humanos e sociais, das histórias de vida e das atividades coletivas.

Na abordagem qualitativa, o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito (GUERRA, 2014, p.11).

Desta forma, o enfoque nos significados dos sentimentos, das relações e das aprendizagens vividas pelos/as jovens, leva em consideração a sua participação e a importância dos vínculos reforçados pela convivência humana e social nas políticas da assistência social.

Com esses aspectos coloco, então, a pesquisa qualitativa como a melhor abordagem para a produção de informações e para interpretações que levem ao entendimento deste problema de pesquisa.

5.2 Delineamento da pesquisa

Compreender os modos com que as experiências decorrentes da participação nas políticas públicas repercutiram nas vidas dos usuários norteia o delineamento desta pesquisa, com isso, para o melhor entendimento desta questão, destaco o plano metodológico da pesquisa narrativa.

O objetivo da pesquisa narrativa é compreender de forma geral a história de vida podendo interligar com o traçado social dos sujeitos, fazendo uma análise através das narrativas contadas e por elas entender os fatos que poderão contribuir para um entendimento mais consistente do problema (MALHEIROS, 2011).

Ao examinar as histórias de vida, juntamente com as memórias e as narrativas dos sujeitos reforço a produção de conhecimento através da compreensão das vivências dos mesmos, situando o que é entendido sobre suas experiências.

Essa estratégia envolve um sujeito, sua história e sua memória. Assim, nesta técnica, é fundamental lembrar que a memória parte do presente. Dessa forma, a dimensão da temporalidade deve ser considerada por aqueles que pretendem usar a história de vida (GUERRA 2014, p.27).

Ressalto que não se trata apenas de uma conversa, mas da apreensão dos significados que aquela narrativa tem para o/a entrevistado/a e que trará à tona as suas lembranças e seus sentimentos, de forma individual considerando as sensibilidades e interpretações.

Para Malheiros (2011), a pesquisa narrativa carrega três características fundamentais. Em primeiro lugar as características cronológicas que tende a seguir uma linha do tempo relativo ao que é narrado. Em segundo as significativas, onde é considerado os fatos

que vão contribuir para a solução do problema e as sociais que, fundamentam o entendimento numa visão maior e não pessoal.

O horizonte desta pesquisa está na compreensão das experiências vividas pelos/as jovens egressos/as da política pública de Assistência Social, com isso essa investigação buscará pelo delineamento da pesquisa narrativa alcançar os objetivos específicos deste trabalho.

Sendo assim, os/as jovens que participarão relatarão suas participações e suas experiências vivenciadas no SCFV através de uma conversa direcionada para a narração de suas histórias (MALHEIROS, 2011). A entrevista, portanto, seguirá de forma que as narrativas dos mesmos sejam espontâneas e voltadas para essa temática. Para um melhor aproveitamento desse propósito, apresento o roteiro seguinte:

- A. Conte sobre a sua participação no SCFV. Quais projetos participou?
- B. Que experiências foram mais marcantes nesse período?
- C. Que aprendizagens você traz de sua participação nesse serviço?
- D. De que forma a participação no SCFV contribuiu em sua trajetória?

A partir das respostas dos participantes, é que será possível ter uma dimensão de suas experiências no SCFV, construir questionamentos e discussões, e com isso atender aos objetivos específicos trazidos por esta pesquisa. Assim, o/a entrevistado/a iniciará sua narrativa com a questão A, ao contar sobre a sua participação no SCFV, tratando desta forma, o objetivo específico 1 (descrição da participação no Serviço) e, também sendo possível já perceber alguns episódios relevantes na sua participação.

No ponto B, será percebido o que foi mais marcante na sua vivência no serviço, atendendo aos objetivos 2 e 3 (suas relações significativas), neste sentido o/a entrevistado/a possuirá a liberdade de narrar o que mais ficou marcado em sua memória, em outras palavras o que ele/ela traz ainda no momento presente deste período. Finalmente, o ponto C atenderá ao objetivo 4, trazendo as aprendizagens percebidas por ele/elas a partir de suas experiências no SCFV. O ponto D atenderá em concretizar as suas falas.

5.3 Sujeitos da pesquisa e local

O estudo se dará, portanto, através de entrevistas com os/as jovens egressos/as do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –SCFV, sendo através da construção de narrativas uma melhor forma de entender o que mais os tocou, e o que foi por eles/as vivenciado.

Os/as participantes aptos/as para esta pesquisa serão os/as jovens que puderam experienciar essa política por um tempo mínimo de um ano entre 2015/2016. Estes anos foram escolhidos devido o meu contato com os coletivos em meu ambiente de trabalho, uma vez que foram estabelecidas relações nas atividades culturais(dança e teatro) complementadas por mim. Da mesma forma esta pesquisa também buscará contemplar os menos participativos.

Para uma melhor compreensão das participações e dessas experiências além das diferentes aprendizagens nas vivências do SCFV, serão realizadas, aproximadamente, 5 (cinco) entrevistas buscando atender as distintas características de gênero e demais marcadores sociais de modo a alcançar os diferentes contextos relacionados às várias experiências pessoais e sociais de juventude.

Os/as jovens participantes serão, dessa maneira, aqueles/as que experienciaram o SCFV entre 14 e 17 anos, esta idade foi selecionada devido a melhor concepção de entendimento diante dos espaços e das experiências, ou seja, este público também pode expressar o que se passou, e como eles assimilaram este período em suas vidas através das visões de jovens.

A entrevista acontecerá no CRAS ou na residência do/a jovem, mediante o seu espontâneo e esclarecido consentimento, e conforme a disponibilidade de tempo dos/as pesquisados/as, pois com o passar do tempo é entendido que alguns vivem realidades diferentes de trabalho ou estudos que interferem em suas possibilidades de participação nessa investigação.

5.4 Analises

Após a produção de informações é preciso tornar perceptível os elementos da narrativa junto ao fato que se busca entender (MALHEIROS, 2011), com isso, a orientação da entrevista e o horizonte das narrativas precisam estar voltados para a abordagem do problema. Dessa forma, na fase analítica, o papel do/a pesquisador/a é fundamental para a realização da apreensão das informações coletadas, transcrevendo as falas gravadas com a maior fidelidade

ao que foi narrado, o que facilitará a interpretação dos conteúdos das narrativas. Para isso Malheiros (2011) indica:

Redigir, preferencialmente de forma integral, os textos narrados pelos sujeitos escolhidos. A redação completa permite melhor compreensão do contexto por parte do pesquisador quando da análise dos dados. Também permite sua validação por parte dos entrevistados e garante a fidedignidade em situações futuras, quando o texto integral vier a ser solicitado (MALHEIROS, 2011, p.92).

Assim, considerando a busca pela compreensão das experiências vividas na qual se faz necessária também a sensibilidade ao transcrever e interpretar as falas: “O pesquisador, na técnica narrativa, situa-se entre o sujeito da pesquisa e os dados. Ou seja, não basta apenas coletar as informações, é preciso ser capaz de ler nas entrelinhas, de ouvir o que não foi dito” (MALHEIROS, 2011, p.93).

Com isso, é fundamental entender o/a entrevistado/a, a sua história e seu contexto social. Desta forma conclui-se que a análise das narrativas permitirá a interpretação dos acontecimentos narrados e dos significados relevantes sobre o tema em que os/as jovens são questionados. Por isso, Malheiros (2011) afirma sobre a Pesquisa Narrativa que:

Quando é possível se fechar um problema de forma adequada, a técnica pode trazer respostas que outros métodos não seriam capazes. É importante reforçar que esse procedimento é utilizado para compreender vivências de uma pessoa, e só é possível conhecê-las por dois caminhos: observar (como no estudo de coorte) ou perguntar ao sujeito que vive a experiência, buscando extrair o que há de significativo e relevante (p. 93)

Sendo assim, a partir da interação com o sujeito é que se pode ter conhecimento de como tudo se passou para ele/ela, considerando as dimensões cronológicas, significativas e sociais de suas experiências (MALHEIROS, 2011). Esses três aspectos fundamentam e conduzem a produção e análise das narrativas, situando as suas linhas do tempo, o que foi mais significativo e seu contexto social na busca de uma compreensão do problema de pesquisa. Mediante isso, essa análise atenderá de forma concreta e consistente os elementos relativos aos objetivos específicos presentes nas narrativas contadas pelos/as participantes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**/ Miriam Abramovay et al. – Brasília : UNESCO, 2007.

IBGE – Pesquisa Nacional por Domicílio – PNAD 2008. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa_google. Acesso em 16/10/18.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes** / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. 87 p. Disponível em: <<http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/215>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Gráfica Brasil, 2009. 40 p. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.

DUARTE, Marisa R. T. (Org.). **Palavra de Jovens sobre o ProJovem: estudos com egressos e a formação em avaliação de programas educacionais**. Belo Horizonte: Editora Escritório de História, 2009.

GUERRA, Eliane Linhares de Assis. **Manual Pesquisa Qualitativa**. Anima, Belo Horizonte, 2014.

IPEA. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **A nova plataforma da vulnerabilidade social: primeiros resultados do índice de vulnerabilidade social para a série histórica da PNAD (2011-2015) e desagregações por sexo, cor e situação de domicílios**. Rio de Janeiro: [s. e.], 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180515_relatorio_institucional_a_nova_plataforma_da_vulnerabilidade_social.pdf>. Acesso em: 8 out. 2018.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Governo do Estado do Ceará. **Ceará em Números**. Fortaleza: [s. e.], 2017. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2016/completa/Ceara_em_Numeros_2016.pdf>. Acesso em: 8 out. 2018.

LARROSA, J. B. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 1, n. 19, p.20-28, abr. 2002. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2018.

LOPES, M. H. C. **O tempo do SUAS**. In: Serviço Social e Sociedade, nº 78, São Paulo: Cortez, p. 76-95. 2006.

MALHEIROS, B., Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MOTTI, A. J. A.; SANTOS, J. V.. Redes de Proteção Social à Criança e ao Adolescente: Limites e Possibilidades. In: **Parâmetros de atuação do Sentinela – caderno 2: orientação à prática**. Belo Horizonte: UFMG/MDS, S. A.

MUNIZ, E.. Equipes de referência no suas e as responsabilidades dos trabalhadores. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição Necessária**. Brasília: Gráfica e Editora Brasil, 2011. p. 87-122. Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/gestao_dos_trabalhosuas.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

OLIVEIRA, I. M. **Assistência Social após LOAS em Natal: a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso**. 2005. 306 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em:

<<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17548/1/Assistencia%20Social%20Pos%20LOAS%20em%20Natal.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2018.

OSÓRIO, L. C. **Casais Famílias, uma visão contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PASQUIM, H. M.; CAMPOS, C. M. S.; SOARES, C. B.. Projetos realizados por instituições sociais focadas em jovens: atividades fragmentadas e desengajamento do governo. **Saude soc.** São Paulo, v. 25, n. 1, p. 198-205, março de 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000100198&lng=en&nrm=iso>. acesso em 18 out. 2018.

SANTOS, B. R.. **A emergência da concepção moderna de infância e adolescência: mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias**. 1996. 238 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

SILVEIRA, O. **O Unicórnio e o Rinoceronte: uma análise do Projovem a partir da percepção de seus beneficiários**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], n. 24, p.16-39, dez. 2003. SNJ- Índice de Vulnerabilidade Juvenil á Violência, São Paulo, 2017.